



O Feminismo Comunitário contra o Colonialismo Community Feminism against Colonialism

Pamela Cristina de Gois¹

RESUMO

O presente artigo procura demonstrar a existência de um feminismo destoante daquele que se coloca enquanto universal, a saber o que possui apenas pautas eurocêntricas voltadas para o interesse de determinadas classes sociais privilegiadas. O modo de vida comunitário é debatido por autoras distantes da lógica capitalista como Lugones, Cusicanqui, Julieta Paredes, Silvia Federice e bell hooks. Elas defendem um novo tipo de organização social e econômica das sociedades. Nesse sentido, um diálogo entre feministas latino-americanas, negras, indígenas e mesmo europeias dispostas a questionar o capitalismo através de novas fontes é fundamental para o próprio movimento. Somente um feminismo descolonizado será capaz de reverter todas as leis imposta pelo homem europeu.

PALAVRAS-CHAVES: Feminismo decolonial. América latina. Eurocentrismo. Capitalismo.

ABSTRACT

This article seeks to demonstrate the existence of feminism what is different from that which presents itself as universal, particularly the one that only has Eurocentric agendas focused on the interests of certain privileged social classes. The communitarian way of life is debated by authors distinct from the capitalist logic, such as Lugones, Cusicanqui, Julieta Paredes, Silvia Federice, and bell hooks. They support a new type of social and economic organization of society. In this sense, a dialogue between Latin American, black, indigenous, and even European feminists inclined to question capitalism through new sources is fundamental for the movement itself, which has been gaining strength throughout a great period of struggle. Only a decolonized feminism will be able to reverse all the laws imposed by the European.

Key words: Decolonial Feminism. Latin America. Eurocentrism. Capitalism.

1. Outras fontes históricas para além do documento escrito

¹ E-mail: pamy_gois@yahoo.com.br



Primeiramente, destaca-se aqui que para estudar os povos que foram vítimas das invasões europeias e a questão da mulher nessas sociedades é necessário, antes de tudo, considerar outras fontes históricas que não o documento escrito por aqueles que outrora foram os algozes. Em outras palavras, é preciso se ater a pesquisas que trazem novas narrativas focadas em grupos subjugados no processo de exploração, seus saberes ancestrais e, inclusive, seus registros feitos através de gravuras. Nesse sentido, será apresentado aqui feministas que enfatizam a necessidade de uma revolução a partir dos povos originários, bem como a partir do rompimento com o pensamento colonizador. Na atual conjuntura social a base cultural dos povos originários não é o documento escrito, esse último é próprio do homem branco e europeu. Assim, é essencial falar do feminismo a partir dos sistemas comunitários, de mulheres oriundas da terra e dos seus saberes ancestrais transmitidos pela oralidade.

O problema é que os elementos fundamentais que constituem as culturas não brancas são deixados de lado, ou apresentadas como menos ênfases nas instituições educacionais atuais e nas pesquisas científicas como um todo. Inclusive, no modelo universalista do feminismo europeu que se difundiu pelo Ocidente quase nunca a mulher negra e indígena tem suas especificidades culturais consideradas, mesmo que os saberes pertencentes a essa ancestralidade sejam fundamentais na constituição de sociedades mais justas. Desta forma, enquanto não houver o respeito à diversidade étnica e de gênero, a cultura ocidental, oriunda das invasões, não irá sair da profunda desigualdade social e crise ética no qual se encontra, nem tampouco poderá falar de um feminismo plural. Em vista dessas considerações, o primeiro passo é ponderar outras fontes históricas para além da escrita. Nas palavras da feminista boliviana, Julieta Paredes:

Está claro que nossas culturas têm muitas outras maneiras de escrever e gerar linguagem que, além de serem igualmente válidas, elas colidem com limitações intelectuais eurocêntricas que, ao enfrentarem o que não sabem, não valorizam nem o interpretam como “diferente”, mas sim como “igual” (PAREDES, 2015: 102).

O conhecimento eurocêntrico opera com um padrão de realidade concebido como universal, o mesmo vale para o movimento feminista. Para modificar essa realidade seria necessária uma transformação nos paradigmas do conhecimento predominante no



Ocidente, que repensassem os conceitos europeus como próprios da Europa, não enquanto pautas imperativas. Apesar de todo esse maquinário oriundo das invasões coloniais, que ignora as diversas técnicas de produção de conhecimento para além daquelas advindas dos territórios europeus e feitas por homens brancos, a pluralidade epistemológica desses povos não foi apagada. As diversas etnias vitimadas pelos europeus continuam resguardando e reproduzindo seus conhecimentos ancestrais no seio de suas comunidades, essa foi sua forma de resistir por séculos às múltiplas imposições culturais coloniais.

A feminista norte-americana, bell hooks, assim como Julieta Paredes, também destaca que a história desses povos negligenciados e oprimidos é mantida pela tradição oral, que, inclusive, traz consigo um autêntico caráter pedagógico à toda humanidade. Porém, para que isso possa acontecer é preciso um resgate da ancestralidade tanto indígena como negra, algo que poderia ocorrer por via de uma formação educacional que desse valor a esses saberes. Nas palavras da filósofa: “conforme pessoas negras descolonizam suas mentes, deixamos de dar valor somente ao documento escrito” (HOOKS, 2019:284). Mesmo que o colonizador tenha tentado apagar a história dos povos em questão, sua memória ainda se faz presente, portanto, deve ser resgatada e amplamente valorizada como uma ferramenta que possibilita uma maior compreensão da pluralidade epistêmica em todos os âmbitos educacionais.

A fonte histórica pautada apenas no documento escrito, oriundo do homem branco, também é colocada em questão pela feminista boliviana Silva Cusicanqui. Em sua obra *Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*, a autora de origem aymará destaca a importância da imagem como fonte histórica. Uma vez que as documentações escritas foram legadas à visão dos dominadores, isto é, da cultura europeia, os povos indígenas tiveram sua história negligenciada e não documentada. No entanto, tal história resistiu ao tempo pela oralidade. Observa-se que tanto a imagem como a oralidade fogem da lógica colonial, por isso devem ser utilizadas como fontes principais de pesquisas para aqueles que por ventura tenham por intuito estudar os povos dos continentes subjugados pelo homem branco.

Importante destacar que Cusicanqui também direciona seu olhar para imagens como fontes históricas, estas feitas pelo cronista Poma de Ayala, de origem indígena, do século XVIII. Ele retrata o “mundo ao avesso” com a chegada do homem branco na



América andina, suas imagens impactantes mostram as profundas alterações no cotidiano dos povos da terra. Entretanto, segundo a pensadora o valor desse tipo fonte histórica foi negado pela tradição eurocêntrica. Por outro lado, Cusicanqui resgata toda a força desse registro e sua importância para além daquilo que foi documentado pelo europeu. Analisando as imagens, ela discute com profundidade as consequências causadas na forma de vida das comunidades indígenas como resultado direto do confronto civilizatório. Nas palavras da pensadora:

As rebeliões do século XVIII foram uma proposta de ordenação social baseada em um reconhecimento das diferenças; na possibilidade de uma civilidade compartilhada e uma autoridade legítima. Aquela nova oração de denominação social não implica necessariamente na expulsão ou extermínio, em vez adotou a imagem de uma restituição ou reconstituição: o "mundo virado de cabeça para baixo" (Waman Poma) retornaria seus fundamentos éticos à ordem social. Seria construído um espaço de mediação pensado e vivido a partir de sua própria sintaxe (CUSICANQUI, 2010:14).

Como algo que está em evidência em muitas imagens do cronista em questão, ela destaca a resistência desses povos aos invasores. Além de mostrar que eles eram extremamente organizados, as imagens desmentem a falácia do invasor de que eles se encontravam em estado "primitivo". Trata-se de uma teorização visual das coisas que não estão oferecidas na linguagem escrita do homem europeu: são valores culturais, organizações sociais, histórias dessa época, por fim, não menos importante, destaca-se que são imagens que mostram o essencial desejo ao retorno de uma ordem social e ética pré-colombianas. Nesse sentido:

O que foi vivido nos últimos anos evocam uma inversão do tempo histórico, a insurgência de um passado e um futuro, que pode culminar em catástrofe ou renovação. Em 1781, a derrota dos índios construiu o símbolo aqueles de dominação duradoura, através da pintura, teatro e tradição oral (CUSICANQUI, 2010:10).

A relação harmônica com a natureza entre as comunidades indígenas pré-colombianas foi destruída pela ganancia do homem branco pelo ouro e a prata. O cronista Poma de Ayala constrói uma teoria sobre o sistema colonial em gravuras, ele demonstra a ruptura que fora legada às sociedades altamente organizadas, com regras próprias e



constituídas há séculos. Essas imagens servem de suporte para a luta presente, remetem às questões que não podem ser esquecidas, nem apagadas da memória coletiva, ainda mais, remetem a um tempo que deve retornar. Assim sendo, “as imagens nos oferecem interpretações e narrativas sociais, que desde os séculos pré-coloniais, iluminam esse fundo social e nos oferece perspectivas de compreensão crítica da realidade” (CUSICANQUI, 2010:20). O passado e o presente dessas comunidades devem servir como modelo que pode ser colocado em oposição ao capitalismo moderno. Em sínteses, além de observar tais imagens que remetem as sociedades exemplares, se faz necessário ao movimento feminista atual ouvir as mulheres que carregam consigo a história desse modo de vida comunitário.

A luta feminista deve ser decolonial e anticapitalista. Para tanto, o documento escrito pelo homem branco tem menor valor histórico, enquanto a tradição dos povos originários e os saberes de mulheres que ainda permanecem em um modo de vida comunitário, seja indígenas, camponesas ou negras, seguem sendo fundamentais. Portanto, pensar um feminismo sem fontes históricas alternativas às impostas pela tradição epistemológica, não é algo que contempla todas às mulheres. Aquelas que vivem em um modo comunitário carregam consigo outras experiências de enfrentamento ao patriarcado, já que, para além das dificuldades nas comunidades em que estão inseridas também enfrentam o patriarcado branco oriundo do colonizador europeu e presentes no espaço exterior ao da aldeia que muitas têm que conviver.

2. A mulher no processo de invasões coloniais

Como consequência do colonialismo, bem como do capitalismo que estava acessão naquele momento, a mulher foi colocada em situação de subalternidade e teve suas capacidades intelectuais questionadas, algo que se agrava ainda mais quando se trata da mulher negra e indígena, considerada nesse processo como “não humana”. Nas palavras da filósofa argentina, María Lugones, “a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial” (LUGONES, 2014:939). Diante desses impasses como superar séculos de opressão do patriarcado sob os corpos de mulheres de diferentes povos?



A desigualdade social é predominante entre as populações negras e afeta ainda mais mulheres dentro dessa categorização racial, pois a conservação de grandes fortunas nas mãos de uma aristocracia patriarcal e branca, sucessora daqueles que outrora foram os invasores, se mantém até os dias atuais através da herança, sob uma mesma estrutura racial e sexista. A sociedade capitalista definiu essas classificações e decide pela cor da pele, bem como pelo gênero, quem trabalha para manter o sistema e quem são os detentores de poder. Por isso, pretende-se aqui trazer a discussão acerca dos modos de vida comunitários destoantes desse contexto imposto pela colonização, nos quais as organizações sociais não são pautadas em uma constante inferiorização do lugar da mulher.

A partir da perspectiva dos povos originários a feminista boliviana Julieta Paredes traz como protagonista um determinado tipo de feminismo, intitulado como *feminismo comunitário*. Colocando em questão o patriarcado enquanto um sistema de opressão, a feminista se preocupa com a ideia de despatriarcalização e de bem viver. O que está em jogo dentro dessa concepção é o embate com o modelo neoliberal, que é colocado enquanto democrático e representativo. Sua teoria de bem viver não passa pelo capitalismo, mas, sim, por uma experiência própria da América Latina, oriunda do modo de organização da cultura indígena. Para ela, apenas um feminismo comunitário poderia se contrapor ao patriarcado europeu, pois ele precisa ser anticapitalista e atuar contra o neoliberalismo. Segundo Julieta Paredes:

O processo de mudanças na Bolívia, gestado a partir dos povos e territórios organizados, ofereceu as mulheres e homens bolivianos a possibilidade para projetar nossas vidas e nossos sonhos além dos ditames capitalistas neoliberal e sua democracia representativa e concordou que, de fato, tem sido o reino todo-poderoso dos empresários e transnacionais que hoje são expressões de um sistema maior (PAREDES, 2015:101).

Apesar de a pensadora declarar suas afinidades com o governo boliviano quando regido a partir de uma ótica dos povos originários, ela não deixa de ser crítica com relação ao capitalismo próprio de governos republicanos neoliberais. Em outras palavras, para ela não é o suficiente ter um indígena conduzindo a nação, apesar de ser um primeiro passo é preciso o retorno ao modo de vida desses povos, já que eles são os únicos distantes da lógica capitalista de exploração e de desigualdade social. Sua grande crítica parte da ideia



de que o neoliberalismo é o sistema maior que impõe o patriarcado sob os corpos das mulheres. Quaisquer governos dentro dessa lógica de mercado explora a mão de obra feminina, que se dispõe a fazer duplas jornadas dentro do capitalismo, além do trabalho assalariado a mulher também faz o trabalho doméstico.

A filósofa italiana Silvia Federici, em sua obra *O Patriarcado do Salário*, também acrescenta nesse debate. Segundo sua concepção o trabalho doméstico é um “trabalho oculto”, as mulheres são invisibilizadas dentro da lógica capitalista quando esse trabalho é visto apenas como afazeres que lhe são delegados enquanto próprios. No entanto, a chamada “dona de casa” serve ao capitalismo por produzir condições para que a mão de obra masculina cumpra o papel que lhe foi determinado: produzir riquezas para os detentores dos bens de produção. Nas palavras da pensadora, “o trabalho doméstico, na verdade, é muito mais que a limpeza da casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar de nossas crianças – futura mão de obra” (FEDERICI, 2021:28-29). Nesse sentido, um feminismo que não questione esse tipo de política econômica predominante nas sociedades como um todo, não conseguirá romper definitivamente com o patriarcado.

Para Julieta Paredes, somente um governo a partir do povo, isto é, com princípios próprios sem a importação de modelos econômicos ou intelectuais europeus, pode de fato romper com o patriarcado. Ela traz à tona que primeiramente é preciso uma revolução de baixo para cima, partido dos povos originários e contra a violência histórica sofrida por esses, para então poder ocorrer a despatriarcalização da cultura eurocêntrica e, conseqüentemente, o bem viver ser uma máxima entre todos. Para ela, não foram as mulheres europeias as primeiras a fazerem movimentos de ordem feminista. As mulheres que vivem de forma comunitária também já o fazem há muito tempo, porém por via da oralidade, inclusive: “é por isso que o feminismo comunitário e as feministas comunitárias, quando conseguimos usar palavras para nomear as lutas, os corpos, sonhos, estamos muito longe das teorias dos intelectuais” (PAREDES, 2015:103). O feminismo que tem suas bases estabelecidas nas ideias eurocêntricas não reconhece a luta tanto da mulher indígena, como negra, justamente por elas não se embasarem no documento escrito. Em outras palavras, elas partem da vida em comunidade, da transmissão de saberes ancestrais por via da oralidade, por isso que são invisibilizadas dentro do



movimento feminista, sobretudo, daquele oriundo dos grandes centros acadêmicos, que se pautam na epistemologia eurocêntrica.

Todas as categorias hierárquicas são reafirmadas no seio da contemporaneidade de maneira naturalizada, como se sempre estivessem presentes em nosso meio. Em contrapartida ao feminismo que ainda carrega consigo alguns traços dessas concepções coloniais relacionadas a hierarquias étnicas, “o feminismo comunitário nasce da descolonização do feminismo para restaurar as memórias das lutas contra o patriarcado e aumentar o horizonte do ‘viver bem para todos os povos do mundo’ e para a natureza que os abriga” (PAREDES, 2015:109). Esse tipo de feminismo trava oposição às categorias estabelecidas no processo de invasões, busca o bem viver para todas as pessoas, por isso difere do feminismo eurocêntrico, cuja base ainda são os valores e a cultura da Europa ligada ao capitalismo e a exploração da mão de obra, principalmente feminina.

Quando se pensa na mulher negra e indígena é preciso destacar que elas foram duplamente colocadas em situação de inferioridade, pelo gênero e por causa das suas etnias. A mulher branca europeia não teve sua humanidade questionada, apesar de também ser subjugada, já que essa era vista como “alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês” (LUGONES, 2014: 936). No entanto, as mulheres negras e indígenas não possuindo alma, sequer seriam consideradas mulheres dentro dos moldes europeus. Uma vez que elas não eram humanas, esses homens não se sentiam constrangidos aos olhos do deus que eles acreditavam em abusá-las sexualmente. Assim, elas tiveram seus corpos violados sem nenhum pudor ou ressalva por aqueles que se diziam cristãos.

Enquanto a mulher branca é colocada como progenitora dentro da constituição cristã de núcleos familiares, a negra, ou a indígena é reduzida a mero objeto de satisfação sexual do homem branco. No entanto, nenhuma delas possui liberdade sobre seus próprios corpos. Apesar dessas questões relacionadas as mulheres não brancas, que permaneceram inalteradas na contemporaneidade atual, a mulher branca europeia foi a primeira a ser subjugada. Segundo essa perspectiva, Lugones afirma:

À medida que o cristianismo tornou-se o instrumento mais poderoso da missão de transformação, a normatividade que conectava gênero e civilização concentrou-se no apagamento das práticas comunitárias



ecológicas, saberes de cultivo, de tecelagem, do cosmos, e não somente na mudança e no controle de práticas reprodutivas e sexuais (LUGONES, 2014: 938).

Na chamada Idade Média os saberes oriundos da ancestralidade das mulheres europeias foram rebaixados à categoria de heresias e essas mulheres classificadas como bruxas. O modo de vida comunitário que havia na Europa entre elas também foi banido, pois no interior do cristianismo apenas o homem europeu poderia deter os verdadeiros conhecimentos, ter direito à propriedade e poder político. Por isso, é possível notar o motivo que levou as mulheres europeias contemporâneas a não dialogarem com o feminismo comunitário e com os seus saberes transmitidos pela oralidade. Na verdade, elas próprias também foram privadas de sua sabedoria ancestral, que foi substituída pelas leis do documento escrito por homens cristãos na Idade Média. Assim, se acostumaram a não valorizar os saberes das tradições orais, sejam da sua própria ancestralidade, ou de outras mulheres que ainda vivem essas tradições.

Dado essas problemáticas, ressalta-se que foi o capitalismo que assegurou a ideia de inferioridade dos corpos femininos na modernidade, os reduziu ao mero lucro de mercado. No interior desse sistema econômico as mulheres passaram a serem vistas apenas enquanto aquelas que geram mão de obra para as indústrias. De acordo com esse pensamento, Silvia Federici afirma:

Não por acaso, o capitalismo só conseguiu prevalecer por meio de extrema violência e destruição, incluindo o extermínio de milhares de mulheres ao longo de dois séculos de caça às bruxas, processo que, no século XVI, desmantelou uma resistência que tomou forma nas guerras camponesas. Longe de ser portador de progresso, o desenvolvimento do capitalismo foi a contrarrevolução, uma vez que aniquilou o surgimento de novas formas de comunalismo produzidas na luta, bem como daquelas que existiam nas propriedades feudais com base no uso compartilhado dos comuns (FEDERICI, 2021: 116-17).

Na visão do patriarcado europeu, que surge juntamente com o capitalismo, a função delegada as mulheres foi o de apenas servir à procriação, gerar em seus corpos a mão de obra responsável pelos meios de produção. Por isso, elas precisam estar sob uma constante vigia do Estado, para que ele possa garantir que essa reprodução aconteça. Assim, o comunalismo existente na Europa precisou ser destruído, pois as mulheres



estariam longe dos olhares daqueles que detém o poder econômico. A priori na Europa, aquelas que insistiram em viver distante dessa vigia foram classificadas como bruxas, pagaram com a própria vida a ousadia de se rebelarem contra o sistema econômico em ascensão. Se as irmãs europeias, ou que estão ligadas ao feminismo eurocêntrico se esqueceram da sua ancestralidade comunitária é preciso lembrá-las que esse modo de vida tem muito a ensinar. Ressalta-se que o patriarcado ligado aos ideais capitalistas chegou nas américas pelo processo das invasões e também tentou destruir o modo de vida comunitário que aqui existia. No entanto, ele resiste até os dias atuais.

Outro ponto, não menos importante, é a denúncia que Julieta Paredes faz ao fato de que muitas políticas públicas voltadas para a ajuda comunitária às mulheres estejam fadadas a serem apenas instrumentos de promoção aos países europeus, ou mesmo a determinados tipos de governos internos. Por isso, a discussão sobre o resgate do feminismo comunitário pode representar um impacto ainda maior contra o sistema do patriarcado. Este tipo de feminismo estaria distante dos interesses característicos do jogo de poder capitalista entre os países, já que ele não atua junto a nenhum seguimento institucional. Nesse sentido ela afirma:

Hoje, a participação política não é suficiente para as mulheres. Hoje queremos decidir e participar em igualdade de condições na gestão dos destinos do país, superando os critérios de paridade e alternância. Estas propostas são divulgadas em oficinas nas comunidades, onde as mulheres começaram a se fortalecerem em nossas capacidades de decidir e projetar a sociedade que queremos, traduzindo nossos sonhos em políticas públicas que chamamos de “despatriarcalização para bem viver” (PAREDES, 2015:109).

Em outras palavras, deve-se haver propostas plurais para que o sistema opressor como um todo seja efetivamente destruído, sobretudo, que partam do feminismo comunitário e que sejam ampliados para toda a sociedade. O objetivo deve ser comum: o bem viver. Isto reflete em um tipo de experiência não compatível com o poder neoliberal, já que este é o único responsável por gerar a desigualdade, seja étnica ou de gênero. Para a autora, “deve ser entendido então que o feminismo comunitário não é uma teoria, é uma ação política que se denomina, é um movimento social que convoca todas as pessoas a mudar o mundo em que vivemos” (PAREDES, 2015: 109). Ela convida toda a sociedade



a pensar a partir desse tipo de feminismo, oriundo de mulheres alheias ao sistema colonial implementado na América Latina atual no processo de invasões europeias.

Julieta Paredes não se opõe a luta junto às feministas que por ventura tiverem como alicerce o pensamento ocidentalista, pois elas também podem passar a questionar esse fundamento e modificá-lo. Para ela é necessário analisar o ponto de partida de cada uma envolvida no movimento, se é comunitário ou refém as pautas capitalistas. Sua crítica se direciona as estruturas que regem o movimento a partir de pautas eurocêntricas, mas trazer todas as mulheres para essa discussão é essencial na ampliação do chamado feminismo comunitário, em suas palavras:

estamos apelando para a ação de recuperar o espaço da mulher como território de construção do que queremos ser e do que queremos fazer. Esta ação nos torna irmãs como iguais, cria comunidade, embora não nos conheçamos, como africanas, asiáticas, europeias, norte-americanas, porto-riquenhas, etc. Na Bolívia esta ação nos leva a sermos nós mesmos, mulheres de Abya Yala, e não ser e existir sob a hegemonia da Europa, desde que a Europa se colocou como o umbigo do mundo, como o modelo de ser e fazer. Em tudo isso há uma vontade de descolonizar as relações entre irmãs (PAREDES, 2015:110).

A autora defende que pensar a partir da comunidade em que se vive é fundamental, no caso dela, enquanto mulher latino-americana, a partir dos povos originários. Porém, isso não anula considerar outras mulheres do mundo. Não se trata de concebê-las como inimigas, mas, sim, como irmãs na luta contra um sistema que oprime, fundado em princípios capitalistas, mesmo que muitas não o percebam. Paredes dá ênfase a necessidade de se discorrer sobre o feminismo através de uma experiência própria, ou seja, que reflète necessidades específicas. A ideia é não universalizar pautas eurocêntricas, de feministas que têm suas próprias necessidades. Se pensarmos as africanas, por exemplo, elas podem ter sua própria pauta, a partir da sua comunidade. Todavia, de acordo com a autora todas devem lutar contra um sistema maior de opressão: o capitalismo. Para tanto, o feminismo comunitário deve servir de base para todos que estão interessados nesse embate contra algo estruturado a séculos na nossa sociedade, que o patriarcado.

Na obra *Despatriarcalización una respuesta categórica del feminismo comunitário*, Julieta Paredes reflète que o grande problema no que se refere ao patriarcado



européu está ligado a questão da capacidade reprodutiva feminina. Segundo ela, o gênero oposto por não dispor dessa capacidade visa seu controle, isso se deu com a revolução industrial, uma vez que eram as mulheres quem geravam filhos a serem usados como mão de obra nessas indústrias. Portanto, tal sistema é o principal responsável pelos problemas estruturais relacionados a opressão da mulher predominante no mundo contemporâneo.

Silvia Cusicanqui também parte de uma linha de raciocínio contra o capitalismo oriundo da Europa. Segundo ela, em contrapartida a esse sistema econômico é importante o resgate da concepção indígena de tempo, pois ele não se estabelece de forma linear, nem visa o capital. Vejamos:

O Pós-modernismo culturalista que as elites impõem e que o Estado reproduz de forma fragmentária e subordinado nos é alheia como tática. Não há "pós" ou "pré" em uma visão da história que não é linear nem teleológico, que se move em ciclos e espirais, que traça um curso sem cessar de voltar ao mesmo ponto. O mundo indígena não concebe a história linearmente e o passado-futuro estão contidos no presente: regressão ou progressão, repetição ou superação do passe estão em jogo em cada conjuntura e dependem de nossas ações mais do que de nossas palavras (CUSICANQUI, 2010:54-55).

Em termos gerais, a solução para o patriarcado é concebida por todas as autoras debatidas aqui: trata-se de um novo olhar voltado para os saberes ancestrais de mulheres indígenas e negras, que devem servir enquanto modelo de vida, organização social e econômica, justamente porque esses conhecimentos compreendem o tempo de forma cíclica. Assim, as mudanças impostas pela chamada modernidade, que veio junto com o colonialismo, não são um progresso, ou seja, elas não trazem avanço, mas, sim, destruição. Seja na África ou nas américas, a política econômica da modernidade criada pelo eurocentrismo em nada acrescentam a esses povos. Ao contrário, eles possuíam tecnologias que respeitavam os ciclos da natureza, viviam de forma comunitária, mas o capitalismo impôs o lucro acima da *Pachamama* e da própria vida. Nesse sentido, o arcaico é justamente o não indígena, o não comunitário, aquele que não compreende o tempo cíclico e que sobrepõe o lucro aos ensinamentos ancestrais, a vida e a própria natureza.

3. Conclusão



Só a descolonização do modo de vida nas américas pode trazer a verdadeira modernidade, a igualdade e a justiça para a maioria que teve esses direitos negados, a saber, indígenas, negros e mulheres, todos vitimados com as invasões europeias. Dado toda a complexidade desses grupos, as culturas indígenas e africanas não podem ser apresentadas como folclores, ou estéticas para entreter pessoas brancas, elas são exemplos de cuidado e respeito com a terra, com a natureza e o ciclo da vida. Suas espiritualidades refletem um alto nível de relação tecnológica com o seu meio social, estão distantes da lógica capitalista individualista de destruição e de lucro a qualquer custo. Tais povos compreendem o tempo de forma cíclica e há séculos vem respeitando os saberes ancestrais ligados à natureza. Portanto, para além do resgate de outras fontes históricas que ultrapassem os documentos escritos pelos europeus e compreenda as imagens e oralidade como fundamentais no entendimento dos modos de vida que estão em harmonia com a natureza, a retomada desse próprio modo de vida, que é comunitária, se faz importante na luta contra o patriarcado que emerge em meio a colonização e o capitalismo.

Em síntese, aquelas podem gerar em seus ventres a força de trabalho movedora do capital são vigiadas. Manter e obrigar o estado reprodutivo de tais mulheres sob o olhar moralista do Estado burguês é uma forma de garantir o lucro. Somente um modo de vida comunitário poderia ser capaz de colocar fim a séculos de opressão patriarcal, pois esse tipo de organização não tem interesse no chamado progresso moderno pautado apenas na capacidade de acúmulo financeiro e que nega saberes ancestrais sobre a *Pachamama*. Para conhecer e recuperar esse modo de vida é preciso um olhar direcionado para outras fontes históricas além da escrita marcada pelo eurocentrismo, como imagens e a oralidade. Nesse sentido, um diálogo entre feministas latino-americanas, negras, indígenas e mesmo europeias dispostas a questionar o capitalismo através de novas fontes é fundamental para o próprio movimento que vem ganhando força ao longo de um grande período de luta pela despatriarcalização em nossas sociedades. Somente um feminismo descolonizado será capaz de reverter toda as leis imposta pelo homem europeu as diversas mulheres subjugadas por eles.



REFERÊNCIAS

CUSICANQUI, Silvia. *Ch'ixinakax utxiwa: Una refexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. 1a ed. - Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

FEDERICI, Silvia. *O Patriarcado do Salário*. São Paulo: Boitempo, 2021.

HOOKS, bell. *Olhares Negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.

LUGONES, María. *Rumo a um Feminismo Descolonial*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.

PAREDES, Julieta. *Despatriarcalización una respuesta categórica del feminismo comunitario (descolonizando la vida)*. *Bolivian Studies Journal /Revista de Estudios Bolivianos*. Vol. 21. 2015.